

A QUEM INTERESSA A GLOBALIZAÇÃO

Wagner Costa Ribeiro



Quando vivenciamos um processo de alteração na divisão internacional e territorial do trabalho, realocando investimentos e redefinindo potências econômicas e financeiras, faz-se necessário discutir quais os aspectos que levaram à emergência de centros produtores de tecnologia e como ficam os países periféricos na economia “global”. Além disso, quais são as matrizes que permitem elaborarmos teorias que expliquem esta dinâmica? Diante destas matrizes, nos indagamos: vivemos em um país global?

No debate sobre a globalização não temos encontrado análises que consideram os fragmentos que ele acarreta. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes, porém sem configurá-la com maior precisão. Associada aos sistemas de comunicação por satélite, às redes de informática, a novos processos produtivos e à articulação do sistema financeiro, a globalização, para alguns, firmou-se como um paradigma dos tempos hodiernos.

Poderíamos definir a globalização, como um estilo de vida em configuração, no qual os agentes centrais seriam os consumidores (de informação e de

produtos). Ressalvado o exagero geográfico que o termo global acarreta, pois, na verdade, estamos diante da possibilidade de acessar valores da sociedade de consumo, rapidamente, em qualquer parte do planeta que disponha de um aparelho de TV que capte as mensagens dos satélites ou de um computador ligado em rede; sabemos que não são todos os lugares do mundo que dispõem destas condições, esteja este lugar no centro ou na periferia do sistema internacional. Os consumidores, distribuídos por muitas partes do mundo, transpõem as barreiras geográficas e as diferenças de nacionalidade, étnicas e religiosas, para estabelecerem uma nova identidade internacional, erroneamente classificada como global. São os cidadãos do mundo, que estão no centro, mesmo que, eventualmente, vivam na periferia. Uma certa “cultura global” é instalada, passando desde os prêmios da Academia de Cinema de Hollywood, pelos megashows, pelos carros mundiais, pelos inúmeros campeonatos esportivos mundiais (a impressão que se tem é que vivemos em constante competição) até os “papers” mais atuais sobre determinado campo do conhecimento. Esta cultura global revela-se, ao contrário do que se poderia imaginar, fragmentada e circunscrita a circuitos, nem sempre abertos. Qual é o pesquisador que consegue acompanhar os avanços do conhecimento em áreas distintas da sua? Qual é o número de cinéfilos que prefere a lista de concorrentes de Cannes à de Berlim? Quem, por exemplo, acompanhou o último campeonato mundial de esqui na neve? Entre nós, brasileiros, com certeza o interesse por esta competição não deve ter sido grande, ainda que tenha passado na TVA. É difícil ser um cidadão global, não acha? Ninguém se interessa por tudo que é classificado como global.

Uma outra maneira sintética de definirmos a globalização diz respeito aos processos produtivos. A disponibilidade de novos recursos tecnológicos alterou os critérios que definiam a localização de unidades produtivas, na década de 80. Vantagens antes significativas, como a disponibilidade de matéria-prima, deixam de ser relevantes. Os novos materiais dispensam o uso intensivo de matéria-prima, na escala em que os processos produtivos anteriores demandavam. Atualmente, são consideradas outras premissas que definem um país como atraente aos investidores diretos. As facilidades de remessa de lucros, aliada a isenções fiscais tornam-se os pontos de inflexão dos investimentos. Paralelamente, é necessário dispor de mão-de-obra qualificada, disciplinada e barata. Ao mesmo tempo, a divisão internacional e territorial do trabalho acentuou-se ainda mais, pois os dispositivos tecnológicos permitem que se produza a uma escala bastante elevada, especializando os lugares em fabricantes de partes que compõem uma determinada mercadoria. Associada à

melhora nos sistemas de transportes, a divisão internacional e territorial do trabalho configura linhas de produção de mercadorias que reúnem muitos países do mundo, definindo territorialidades próprias que transpassam as fronteiras nacionais. Assim, temos disponíveis para o consumo produtos internacionalizados não apenas pela clássica distinção entre ramos, mas também pela efetiva divisão técnica e territorial do trabalho que circunda cada produto mundial. Também aqui, a globalização, neste caso da produção, é um exagero, posto que as territorialidades articulam parte dos países do mundo.

Outro quesito a ser considerado no processo de globalização é a capacitação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pois daí advém a inovação tecnológica, esteio da competitividade que se apregoa necessária para um país conquistar um lugar de destaque no mercado mundial. Na inovação reside a pesquisa científica e tecnológica, exigindo mão-de-obra mais qualificada. É o momento da idealização do produto, desde o seu processamento, passando pela sua distribuição, enfim, por todas as etapas necessárias da produção à realização da mercadoria. Para os empresários, tem-se inovação quando se aplica uma determinada tecnologia em escala produtiva. Isto é, para chegar-se à inovação não basta o conhecimento básico, mas também a sua viabilidade econômica. Sendo assim, Ciência e Tecnologia (C&T) foram incorporadas como mercadoria, na atual forma de reprodução ampliada do capital. Uma mercadoria particular, pois depende de investimentos elevados e, muitas vezes, a fundo perdido, além da disponibilidade de capital humano, isto é, de trabalhadores capacitados científica e tecnicamente para propor alterações na produção, tanto em nível de processos para determinado produto, quanto para diversificar a lista de produtos da empresa.

Do ponto de vista do mercado financeiro internacional, talvez tenhamos uma configuração mais precisa da globalização. Segundo divulga-se, a existência de uma massa de dinheiro especulativo ronda os mercados financeiros nacionais à busca de remuneração rápida. O ingresso e saída desse capital financeiro agudiza e/ou ameniza a situação do balanço de pagamentos de países periféricos, por exemplo. Entretanto, a ligação, via informática, dos diversos centros financeiros do mundo, permite que as reações sejam sentidas em todo o sistema financeiro internacional, como vimos na recente crise mexicana ou na quebra do Banco Barings. A flutuação da moeda dos EUA também afeta a dinâmica financeira mundial, já que ela permanece como a medida das relações comerciais e financeiras. Desta maneira, poderíamos definir a globalização financeira como uma sensível rede de especuladores, que reproduzem seus investimentos alijando-os da produção, vorazes por oportunidades de fazerem di-

neiro rápido. O termo global traduziria esta disposição de ir a qualquer parte do planeta que permita alcançar aquele intento.

Considerando as referências acima, como fica a posição do Brasil diante deste processo de globalização? O primeiro aspecto que vamos comentar é o da inserção do Brasil no sistema financeiro internacional. O plano de estabilização em vigor aumentou as taxas de juros, além de valorizar o Real frente ao dólar. Isto atraiu os investidores especulativos externos, fato que é incontestável tanto para o governo quanto para a oposição. A questão que permanece, pois só os fatos vindouros poderão afirmar quem estava correto, é se nossas reservas constituem-se apenas de capital especulativo, como brada a oposição, ou não, como argumenta o governo. A participação do Brasil na globalização do sistema financeiro pode ser apreendida também com a recente crise do México, com a queda das bolsas e a saída de recursos.

Por outro lado, se conferirmos a pauta de exportações brasileiras verificamos que os produtos com baixo valor agregado predominam, inclusive aqueles que servem como matéria-prima para a produção, alcançando preços baixos. Já os produtos industrializados, apesar de produzidos no Brasil, em muitos casos, como acontece com os automóveis, repatriam divisas às transnacionais, esvaindo parte da riqueza gerada no país. Estas constatações não deixam o país numa posição confortável à luz do processo de "globalização da produção".

Do ponto de vista de cidadãos do mundo, tal qual o sentido exposto, não resta dúvida que estamos presentes na onda da globalização. Há brasileiros que freqüentam o circuito das descobertas e novidades do reino do consumo. Entretanto, o reino do consumo está longe de pelo menos 30 milhões de famintos e de outra imensa parcela da população assalariada deste país. Se o indicador for o nível de emprego, também estamos na onda da globalização, em especial pela abertura do mercado que se verifica desde o início dos anos 90. Cada produto importado comprado no Brasil assegura o emprego do

trabalhador do país que o produziu. O consumo de produtos importados no Brasil colabora para garantir o nível de emprego dos países produtores, ao mesmo tempo em que ameaça a ocupação de trabalhadores de alguns segmentos do setor produtivo do País. Assim, as camadas abastadas da população brasileira que se integram à cultura global, embora bastante reduzidas se comparadas ao total da população do país, colaboram com a sustentação das condições de vida dos países que nos exportam mercadorias. São os mesmos brasileiros com poder aquisitivo para comprar o que é produzido no Brasil e não o estão fazendo, que agravam o desemprego interno.

Diante de uma concorrência com os similares nacionais, com poucas e raras exceções, os importados apresentam melhor qualidade e melhor preço. Comentemos um pouco a qualidade e o preço dos produtos importados, em relação aos produzidos no país.

Inicialmente, vamos tratar do segundo fator. Os preços mais baixos que atraem os ávidos consumistas globais tupiniquins decorrem

da própria escala em que são produzidas as mercadorias que adentram o território brasileiro. Como já dissemos, a elevada produtividade que os recursos técnicos empregados na produção permitem alcançar, barateia os custos fixos da produção, diminuindo o preço final. Em outros casos, o custo da mão-de-obra apresenta-se ainda mais baixo que o nosso, dando vantagem ao produto externo.

Porém, é no item qualidade que nossos produtos, também com raras e honrosas exceções, perdem ainda mais para os estrangeiros. A ausência de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), principalmente por parte do setor produtivo, vinculada a um protecionismo exagerado do mercado nacional, isolou-nos das inovações tecnológicas. Como resultado, temos poucas empresas que conseguiram obter indicadores de qualidade internacional. No caso do Brasil, também os agrupamentos empresariais transnacionais, de maneira geral, não investem em C&T, preferindo montar equipamentos e produtos já defasados tecnologicamente.



Isto não quer dizer que as políticas de P&D fracassaram totalmente. Ao contrário do que se apregoa, elas chegaram a bom termo em alguns segmentos. A criação de uma base material para a implementação de um sistema de produção de C&T foi uma realização dos militares, que se iniciou antes mesmo deles se tornarem governo. A fundação do Centro Técnico da Aeronáutica (atual Centro Tecnológico Aeroespacial - CTA) e do Conselho Nacional de Pesquisas (o atual CNPq) firmaram o eixo da produção de C&T no país. Neste modelo, coube ao governo abrir empresas estatais em ramos considerados estratégicos, nas quais foi incentivada a produção de C&T. No caso brasileiro, o financiamento da C&T ficou por conta do Estado.

Os resultados desta política podem ser vistos em alguns segmentos. O setor de produção de aeronaves instalado no país, por exemplo, mostrou-se competitivo em determinados nichos do mercado (aliás, muito bem detectados). A tecnologia de extração de petróleo em águas profundas é outro exemplo bem sucedido. A produção de álcool como combustível, embora polêmica quanto ao custo da produção, é outra vitória no campo das inovações tecnológicas implementadas pelo país. Todas estas iniciativas resultaram de pesquisas desenvolvidas em instituições com caráter estatal. Foi na Embraer, então uma empresa estatal, que foram produzidos os aviões para vôos regionais que ganharam o mercado dos EUA e importantes segmentos do mercado europeu e latino-americano. A Petrobrás, uma estatal, desenvolveu a tecnologia para a extração em águas profundas. O caso do álcool deveu-se às iniciativas de pesquisadores do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), ambos órgãos estatais de P&D. Poderíamos acrescentar os excelentes resultados conseguidos pela Embrapa, outro órgão estatal, no setor agrícola. Curioso notar que foi no setor público que se operou o desenvolvimento de alguma inovação importante no país. Cabe a pergunta: fossem empresas privadas, a Embraer e a Petrobrás teriam tido fôlego financeiro para bancar os custos das suas investigações?

O que queremos enfatizar aqui é que, nos setores que foram assistidos por políticas de P&D, os resultados foram positivos, ainda que se possa criticar algumas das estratégias adotadas. Portanto, dispomos

de alguma capacitação em C&T, que pode ser ampliada ainda mais, bastando investimentos e uma definição clara de objetivos a serem alcançados por uma política nacional de C&T, dentre os quais, a unânime necessidade de diminuir as diferenças sociais do Brasil.

A política de incentivar a emergência de indústrias de base tecnológica pautou-se no setor público, primeiramente, na instalação de uma base de P&D. Em seguida,

passou-se para a criação das estatais que demandavam C&T. Por fim, veio o incentivo à emergência das indústrias privadas do setor tecnológico, que prestariam serviços às estatais. As novas empresas de base tecnológica amparam-se na infraestrutura dos centros de pesquisa. Os pesquisadores, cujos salários são baixos, acabam por aceitar as ofertas de trabalho do segmento produtivo, redirecionando suas investigações. Com esta situação, inverte-se o fluxo da pesquisa, que deixa de ter um sentido especulativo e de acúmulo de conhecimento, para adquirir um cunho eminentemente aplicado. As Universidades passam a depender das demandas das empresas. E os novos empresários ganham incentivos e uma infraestrutura pública para constituírem suas empresas. Este processo, muitas vezes indicado como a única alternativa para o Brasil alcançar a propalada modernização competitiva vital na economia global, acaba por conferir novos privilégios privados a partir de recursos públicos, além de não alcançar resultados da expressão dos anteriores.

Outra consequência é o esvaziamento das fontes para a pesquisa pura, caminho inverso ao tomado pelos países mais avançados na produção de C&T.

Se é verdade que não podemos competir em todos os segmentos que a 'globalização da produção' introduz, que se projetem as potencialidades emergentes em P&D no país, para se proporem objetivos claros e exequíveis. Entretanto, quaisquer que venham a ser os objetivos do governo, devem contemplar um equilíbrio entre a pesquisa básica e a aplicada, para evitar as distorções do passado e para o futuro. O novo governo sabe disso, já que encontramos nele, do Presidente aos quadros dos escalões superiores, pesquisadores de Universidades e Centros de Pesquisa.

Se é verdade que não podemos competir em todos os segmentos que a 'globalização da produção' introduz, que se projetem as potencialidades emergentes em P&D no país, para se proporem objetivos claros e exequíveis.

Wagner Costa Ribeiro é professor do Departamento de Geografia da FFLCH da USP.